

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018

**Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI
Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi/S.P.**

Estudos realizados em resposta ao Chamamento Público nº 01/2018, com propostas de soluções para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Estiva Gerbi, sob a forma de Parceria Público Privada.

**VOLUME II
MODELAGEM ECONOMICO FINANCEIRA**

JANEIRO/2019

Procedimento de Manifestação de Interesse do Município de Estiva Gerbi/S.P.

“Estudo de modelagem econômico financeira para a Concessão, Concessão Administrativa ou Concessão Patrocinada dos Serviços de Iluminação Pública do Município de Estiva Gerbi/SP”

Janeiro/2019

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. PREMISAS GERAIS DO ESTUDO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	5
3. Bases para apresentação do Modelo Econômico e Financeiro.....	12
4. Quadros Anexos:.....	20
5. Conclusão:.....	28

1. INTRODUÇÃO

Conforme constante da publicação do Procedimento de Manifestação de Interesse, através do Chamamento Público 01/2018, no seu item 4, dos Estudos, estão relacionados os principais pontos a serem apresentados, no documento Plano de Negócios como segue:

“Item II: Plano de negócios, contendo as definições financeiras para operação da concessão e para a definição do valor do investimento da PPP, definição do preço de referência para licitação, formas de remuneração do concessionário, estrutura de capital, custos e despesas, TIR, premissas para recuperação do investimento, demonstração de fluxo de caixa, e do resultado do exercício, balanço patrimonial, custos, despesas;

“Item iii. Cronograma Físico Financeiro, com análises econômicas da modalidade de contratação do empreendimento mais vantajosa para o Poder Concedente, considerando os aspectos de custo-benefício, custo de oportunidade, dentre outros”.

Complementa ainda que: *“O estudo de viabilidade financeira deverá incluir projeções na forma de um modelo financeiro detalhado. Uma cópia eletrônica em formato MS Excel do modelo deverá ser disponibilizada incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de verificação. Os estudos deverão seguir as práticas contábeis e fiscais vigentes à época da preparação do modelo. Os estudos deverão ser apresentados em mídia digital (pen drive) em uma via de arquivos na forma de PDF, e uma via de arquivos editáveis (Word, Excel, etc.), além de 2 (duas) vias impressas e encadernadas”.*

No item 5, será considerado nos seus itens: *“e) A demonstração comparativa de custos e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes (contratação direta ou outros modelos de PPP); e f) O impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável”.*

O presente plano, atende as premissas definidas e complementa com informações relevantes para atender à qualidade esperada pela Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi.

2. PREMISAS GERAIS DO ESTUDO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O estudo econômico e financeiro, toma como base inicial as informações constantes dos levantamentos de campo e das projeções constantes do Relatório Técnico, parte dos documentos encaminhados para atendimento do Chamamento Público 01/2018, sendo utilizadas as seguintes premissas:

a. Projeção de Crescimento Populacional

No estudo técnico é apresentada a projeção de crescimento da população, prevista para os próximos 25 (vinte e cinco) anos, que em resumo é:

Ano Base	População
2.018	11.293
2.022	11.781
2.027	12.822
2.032	12.822
2.037	13.376
2.042	13.837

b. Projeção da quantidade de Luminárias:

No momento da realização da visita técnica em novembro de 2.018, foram contadas 1.065 luminárias em todo o Município, base para a projeção de modernização do parque de iluminação pública, a ser realizada no primeiro ano da concessão e ponto inicial para a estimativa da quantidade, no prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

A projeção de novas luminárias a serem instaladas durante o prazo de concessão em número de 413 (quatrocentos e treze). Todavia, uma vez que esta quantidade representa cerca de 40% (quarenta por cento) do atual parque, poderia prejudicar as

projeções de necessidade de contraprestação pública para atendimento das demandas contratuais.

Para que no momento da licitação esta influência seja reduzida, dado o parque inicial, a projeção de aumento da quantidade de luminárias será travada em número de 250 (duzentas e cinquenta unidades). Caso o crescimento vegetativo da cidade de Estiva Gerbi, supere este número, durante o contrato, será então aplicada a previsão de reequilíbrio contratual por evento.

No levantamento das luminárias atualmente existentes, não foram consideradas aquelas instaladas em condomínios fechados, uma vez que a hoje a responsabilidade pela Iluminação Pública não é da Prefeitura, e sim das próprias associações ou condomínios.

Caso este entendimento ao longo do contrato seja modificado, e a Prefeitura assumo o encargo da iluminação pública dentro dos condomínios, esta situação será objeto de reequilíbrio por evento, como previsto nas cláusulas do contrato de concessão.

Estão ainda considerados no contrato de concessão 150 (cento e cinquenta) luminárias cênicas a serem instaladas em pontos de interesse cultural e praças públicas. A minuta de Contrato já propõe duas localidades, podendo-se acrescer outras com a revisão do número de pontos. Em resumo a quantidade luminárias previstas na modelagem econômico e financeira e nas cláusulas contratuais são:

Pontos de Iluminação					
Pontos Estimados PMI	Existentes Segundo Estudo	Expansão Vegetativa	Inicial	Pontos Cênicos Estimado	Total Projetado
Detalhamento PMI	1.065	230	1.295	150	1.445

c. Projeção de Contraprestação Contratual

A receita básica da futura concessionária será a Contraprestação mensal, que será objeto das propostas comerciais dos licitantes interessados na concessão dos serviços de Iluminação Pública do Município de Estiva Gerbi.

Para definição do valor máximo a ser admitido nas propostas comerciais foi tomado como base:

- Os valores previstos dos investimentos para a modernização inicial com inclusão de tecnologia LED;
- Reposição programada das luminárias entre os anos 11 e 14, de acordo com a durabilidade estimada dos novos equipamentos;
- Crescimento vegetativo limitado a 250 (duzentos e cinquenta luminárias) e 150 (cento e cinquenta pontos cênicos)
- Projeção do custo de energia elétrica e dos demais custos operacionais para manutenção do parque de iluminação pública durante toda a concessão;
- Custos Administrativos;
- Impostos sobre receita bruta e lucro líquido (Imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- Lucro projetado, estimando que o projeto alcance um TIR – Taxa Interna de Retorno, ao redor de 10,5% (dez e meio por cento), como será adequadamente justificada neste relatório.

A responsabilidade do pagamento mensal da contraprestação pecuniária, é da Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi. Estes pagamentos serão suportados pela arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, arrecadada junto aos munícipes, sejam estes advindos de domicílios residenciais, de empresas, indústria, comércio e bancos, bem como de representantes do Poder Público, Federais e Estaduais.

Esta arrecadação é feita com base em percentuais das respectivas contas de energia elétrica e seguem uma tabela de percentuais por tipo de domicílio e consumo

individual mensal, valores estes incluídos nas contas de energia e o total angariado é repassado ao Município, já descontada a taxa de cobrança estabelecida pela Concessionária de Energia.

Os valores arrecadados mensalmente com a CIP, serão levados a uma conta corrente especial junto ao banco centralizador da cobrança das contas de energia elétrica. As quantias acumuladas nesta conta serão utilizadas para o pagamento das contraprestações mensais à Concessionária de Iluminação Pública do Município de Estiva Gerbi.

Caso o saldo existente seja inferior ao valor devido, a Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi, deverá completar o montante a ser pago. Caso contrário o saldo é mantido na conta vinculada para pagamentos futuros.

Para atendimento de todas as condições contratuais e de qualidade de prestação de serviços e atendimento à população, da viabilidade econômica e financeira do projeto de concessão, a contraprestação mensal máxima a ser aceita nas propostas comerciais dos futuros licitantes é de **R\$ 100.860,00 (cem mil, oitocentos e sessenta reais), equivalentes a R\$ 1.210.320,00 (um milhão duzentos e dez mil trezentos e vinte reais) por ano.**

Este valor será devido mensalmente pela Prefeitura do Município de Estiva Gerbi, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços. Anualmente, no aniversário do contrato, a contraprestação será corrigida de acordo com fórmula devidamente descrita na minuta de Contrato de Concessão.

O valor da contraprestação mensal está dividido em duas partes distintas, sendo:

- 90% (noventa por cento) pela disponibilidade e
- Até 10% (dez por cento) pelo atendimento dos índices de qualidade.

d. Pressupostos e Procedimentos para Modernização

O relatório técnico, apresenta a quantidade de pontos a serem modernizados com tecnologia LED, utilizando equipamentos de maior durabilidade, atualmente prevista em 50.000 (cinquenta mil) horas, respeitando as normas técnicas estabelecidas para Iluminação Pública.

A modernização total do atual parque de iluminação, será realizada em até 6 (seis), a contar da data da aprovação do Projeto Executivo, a ser apresentado pela futura Concessionária de Serviços de Iluminação, à Prefeitura do Município de Estiva Gerbi, que devidamente apreciado e aprovado, será também apresentado à empresa Elektro Redes S.A., Concessionária de Energia Elétrica, para a necessária aprovação.

A troca das luminárias, deve respeitar a regulamentação da Elektro para este tipo de intervenção e será realizada por empresa especializada, com experiência comprovada neste tipo de prestação de serviços. Como trata-se de lidar com pontos energizados, todos os equipamentos de segurança e treinamento requerido serão considerados na respectiva contratação.

e. Premissas Fiscais e Tributárias:

A construção do modelo tributário considerou os impostos sobre receita bruta, estimados como segue:

ISS	3,00%
PIS	1,65%
COFINS	7,60%

Não está prevista na legislação do Município de Estiva Gerbi, uma alíquota específica “serviços de iluminação pública”. Todavia para efeito de construção de cenários consideramos 3,0% (três por cento), sobre o valor da contraprestação.

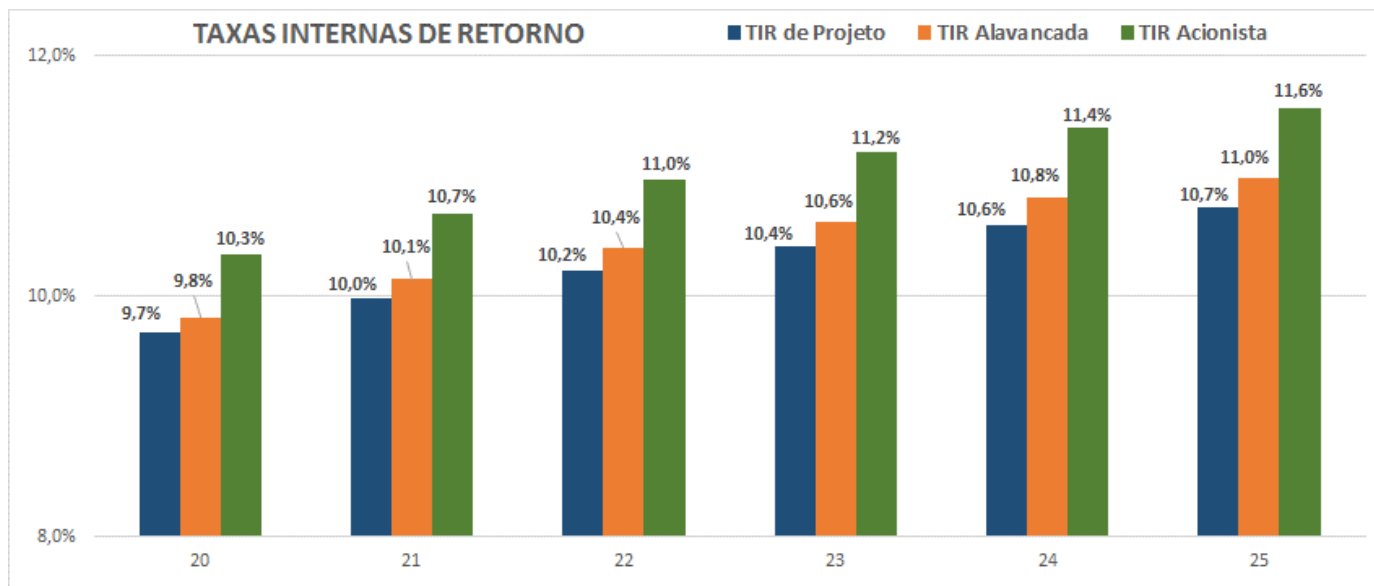
O Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, nos cenários examinados, consideram a empresa dentro do regime de Lucro Real, pois possivelmente será a melhor opção fiscal. Todavia no decorrer do horizonte do contrato de concessão, a SPE poderá, eventualmente, assumir outras formas tributárias, dependendo da situação e regime fiscal prevalente no futuro e mais coincidente com os interesses da futura SPE.

f. Prazo da Concessão:

Em função dos estudos realizados de campo e as condições técnicas e de qualidade do futuro parque de iluminação, o prazo sugerido para a concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, considerando especialmente, a entrega do parque em condições plenas de funcionamento, por pelo menos 3 (três) anos após o encerramento do contrato de concessão.

Uma vez que prevemos uma segunda troca estimada a partir do 11º (décimo primeiro ano) da concessão, estimamos um prazo de contrato suficiente para que haja a amortização de todos os investimentos em 100% dentro do prazo projetado.

Observamos no quadro a seguir que no cenário base considerado, as taxas internas de retorno, variam com menos intensidade após o 20º ano do projeto, estabilizando próximo dos 25 anos, tanto de projeto, quanto alavancada e do acionista, indicando uma taxa interna de retorno de projeto de 10,7% para o período de 25 anos, cuja coerência com o atual cenário macroeconômico será adequadamente exposta neste trabalho:



g. Valor do Contrato:

Tomando-se no cenário base, o valor das receitas de contraprestação, estão o valor estimado do contrato é de R\$ 30.258.000,00 (trinta milhões duzentos e cinquenta e oito mil reais), para um prazo de 25 (vinte e cinco anos) de horizonte contratual. Todavia este número será igual à somatória do valor proposto de contraprestação do licitante vencedor para todo o horizonte contratual.

h. Construção de Cenários:

Temos considerado os valores apresentados neste anexo, citando tratar-se de um cenário base selecionado como o mais adequado para compor os valores a serem definidos no processo de licitação, em termos de contraprestação máxima a ser aceita para recebimento das propostas comerciais dos futuros interessados.

Na construção deste cenário base, temos a projeção do valor do contrato, dos investimentos previstos, definição do valor anual do Seguro de Garantia de Execução Contratual, Capital Mínimo da futura SPE, dentre outros fatores importantes para compor a documentação da futura licitação de concessão do parque de iluminação pública do Município de Orlandia.

Como estabelecido no edital da PMI, como anexo a este trabalho é enviada uma planilha em Excel, aberta, que permite simulação de cenários diferente do “cenário base” apresentado, possibilitando avaliação da sensibilidade ao modelo, das principais variáveis como: Prazo de Concessão, valor da CIP mensal, a progressão percentual da modernização do parque atual, o crescimento vegetativo, esperado para Município, dentre outras.

Quanto mais as taxas de retorno se aproximem da expectativa geral do mercado, diante da percepção do grau de risco do projeto e do cenário macroeconômico, aumenta sua atratividade, fazendo com que haja um maior número de interessados no certame de licitação. Quanto mais competitivo, melhor ao Poder Concedente.

Deve-se ainda proceder adequadamente o processo de licitação, para que as demandas de qualidade e responsabilidade, sejam as necessárias e suficientes, para atender futura gestão do parque de iluminação da cidade de Estiva Gerbi, durante todo o horizonte contratual, no caso, 25 (vinte e cinco) anos.

3. Bases para apresentação do Modelo Econômico e Financeiro

O modelo Financeiro é desenvolvido de acordo com pressupostos legais e das informações do relatório técnico constantes como anexos dos documentos entregues para atendimento das demandas apresentadas pela Chamada Pública n.º 01/2018, Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, pela Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi.

Os valores estão em R\$ (reais) constantes, ou seja, não incide sobre as projeções nenhum índice de correção ou atualização monetária, respeitando o regime fiscal vigente e as previsões de tributação em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Dentre estes pressupostos, temos:

a) Partição dos Riscos:

A partição dos riscos associados à concessão, será objetiva e tendo como princípio a destinação de cada um deles à parte melhor capacitada para remediá-lo e gerenciá-lo, conforme matriz de riscos que acompanha dos documentos apresentados para atendimento do procedimento de Chamada Pública n.º 01/2018.

A distribuição adequada dos riscos influencia diretamente na modicidade tarifária, entendida neste momento, como a menor contraprestação que venha a ser demandada nas propostas comerciais pelos interessados em participar do certame de licitação, dentro dos melhores níveis de qualidade esperados para o futuro concessionário.

Os futuros licitantes poderão apresentar em suas propostas comerciais valor no mínimo igual ou inferior ao limite determinado no Edital de Licitação. As condições de ponderação da nota técnica e da proposta comercial, estão adequadamente expostas na minuta de Edital apresentada junto com os documentos para atendimento desta PMI.

Eventuais reequilíbrios contratuais, passíveis de serem demandados no futuro, terão como base ocorrência de alteração na distribuição inicial de riscos, atribuídos aos parceiros público e privado, no ato da assinatura do contrato, que dar-se-á por evento, tendo como base a projeção de fluxo de caixa para recomposição do equilíbrio inicial, em condições claramente especificadas na minuta proposta do contrato de concessão.

b) Responsabilidades do Parceiro Privado

Todos os investimentos, custos operacionais e financeiros, apólices de seguros, impostos sobre vendas e sobre o lucro líquido, relativos às obrigações

empresariais do parceiro privado, incluindo os indicadores de qualidade dos serviços, serão divulgadas claramente nos documentos de licitação e são de conhecimento e de responsabilidade do futuro concessionário desde a apresentação de sua proposta comercial na licitação e vindo a ser o ganhador na assinatura do contrato de concessão.

Importante citar que no procedimento de modernização do parque de iluminação pública, os equipamentos instalados deverão obedecer às respectivas normas, vigentes à época da instalação, bem como do adequado descarte dos equipamentos em uso pela municipalidade, e do atendimento ao cronograma de execução previsto no contrato de concessão e da qualidade do parque de iluminação durante o horizonte da concessão.

Ainda como obrigação do parceiro privado temos a de compor o capital social de acordo com as demandas de investimentos e de manter as necessárias apólices de seguros em vigência.

Os atuais ativos da concessão, de posse do Município de Estiva Gerbi, devem encontrar-se instalados e funcionando de acordo com a legislação aplicável no momento da assinatura do contrato. Eventuais falhas deverão ser informadas pelo futuro Concessionário ao Poder Concedente, quando da assunção dos ativos e não afetarão os índices de avaliação de qualidade da prestação de serviços pelo futuro Concessionário.

Quaisquer eventuais inconformidades encontradas informadas, no ato da assunção dos ativos pela concessionária serão imputadas ao parceiro público, de modo que todos os gastos que vierem a ser dispendidos, antes da modernização do parque, para adequação dos ativos à legislação aplicável deverão ser devidamente ressarcidos pelo Poder Concedente.

c) Responsabilidades do Parceiro Público

São de responsabilidade do parceiro público: a concessão das necessárias licenças de operação, a qualidade luminotécnica do parque instalado no ato da assinatura do contrato de concessão, a liquidez das contraprestações devidas ao Parceiro Privado e o complemento dos valores mensais, se, eventualmente a CIP arrecadada não for suficiente para este fim.

Deverá também constituir fundo garantidor, com recursos da CIP – Contribuição de Iluminação Pública, para sustentar financeiramente qualquer dificuldade de liquidação das contraprestações mensais devidas ao concessionário durante a vigência do Contrato de Concessão, equivalente ao no mínimo previsto na minuta de contrato e anexos.

Promover correções anuais do valor a ser arrecado com a Contribuição de Iluminação Pública, na mesma proporção das correções anuais da contraprestação mensal, previstas contratualmente em 30% (trinta por cento) da variação anual do custo da energia elétrica e 70% (setenta por cento), pela variação anual do IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo.

d) Custo Médio Ponderado de Capital

Em publicações realizadas pela Secretaria de Acompanhamento Econômico SEAE do Ministério da Fazenda, faz exposição técnica sobre a metodologia utilizada para definição de taxa interna de retorno para projetos federais no ramo portuário, com os seguintes comentários:

O Ministério da Fazenda atualizou os parâmetros balizadores de cálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR) de referência para os próximos leilões de arrendamentos portuários.

Com base nessas atualizações, obteve-se o valor de 10,0% (dez por cento) ao ano para o custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital - WACC) que será utilizado como a taxa de desconto para o cálculo da tarifa máxima ou do valor de outorga dos próximos leilões dos arrendamentos portuários.

O valor não corresponde à taxa efetiva de retorno do investimento – que depende, em última instância, das características intrínsecas à concessão, ao acionista e à estrutura de capital. **O resultado mais provável será uma TIR efetiva do projeto diferente do valor acima apresentado.**

O cálculo manteve a metodologia descrita na Nota Técnica nº 64 STN/SEAE/MF, de maio de 2007, e já conhecida pelos entes envolvidos no processo e pelas autoridades de controle. Respeitaram-se as premissas utilizadas na última nota publicada para o setor portuário (Nota nº 853/2013/STN/SEAE/MF) e foram uniformizados os parâmetros considerados na Nota nº 02/2015/STN/SEAE/MF, referente ao setor de concessões rodoviárias:

- Taxa Livre de Risco: média de janeiro/1995 a maio/2015 da remuneração nominal dos Títulos do Tesouro norte-americano;
- Prêmio de risco de mercado: média de janeiro/1995 a maio/2015 Standard & Poor's 500, acima da taxa livre de risco;
- Prêmio de Risco Brasil: mediana de janeiro/1995 a maio/2015 do EMBI+;
- Taxa de inflação norte-americana: média de janeiro/1995 a maio/2015 do Consumer Price Index (CPI).

Os cálculos do WACC envolvem escolhas difíceis entre simplicidade e rigor; e subjetividade e transparência. Assim, não é incomum que as metodologias e os dados utilizados pelos diferentes agentes difiram em alguma medida.

Por isso, estimativas de WACCs calculadas por diferentes agentes dificilmente serão exatamente iguais, o que é ainda outro fator de diversidade nos lances dos leilões. Assim a defesa de uma taxa interna de retorno é importante ao Poder Concedente para formular, como base em estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos, os valores limite a serem aceitos nas propostas comerciais dos licitantes interessados no projeto.

Considerando a própria asserção apresentada pelo Ministério da Fazenda, de que os cálculos do WACC envolvem escolhas difíceis entre simplicidade e rigor; e subjetividade e transparência. Assim, não é incomum que as metodologias e os dados utilizados pelos diferentes agentes difiram em alguma medida.

A ideia de acompanhar a política federal de concessões, já consagrada e absorvida pela comunidade de investidores poder ser uma alternativa, evitando que a assimetria de mercado esteja desde já presente na fase de decisão pelo Poder Concedente, na definição dos parâmetros para aceitação das futuras propostas comerciais dos licitantes, bem como da forma de seleção do vencedor do certame.

Tomando como piso o percentual admitido pelo Governo Federal em grandes certames de licitação, em termos de valores de investimentos e receitas, ajustando um prêmio acima deste piso, considerado que tratamos de um projeto de maior volatilidade em relação a eventuais mudanças de cenário, afetando o risco do investimento.

Adotamos como adequada uma TIR projeto, girando em torno de 10,7% (dez virgula oito por cento), que entendemos que venha a ser uma condição ainda atrativa a potenciais interessados em participar do certame de licitação.

Lembramos ainda que a Taxa Interna de Retorno, é resultante de uma quantidade enorme de variáveis, das quais, bastam pequenas mudanças em algumas delas para alterar o resultado final, da mesma forma que as perspectivas de custo médio ponderado de capital para os futuros licitantes, diferem de acordo com suas fontes de recursos próprios e de terceiros.

e) Comparação entre Concorrência Pública e Concessão:

Tomando o cenário base, com arrecadação mensal atual no exercício fiscal de 2.018 da CIP – Contribuição de Iluminação Pública ao redor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), líquida da taxa de administração da concessionária de energia.

As despesas mensais de energia elétrica giram em torno de R\$ 32 mil e os custos atuais com manutenção mensal em torno de R\$ 18 mil reais mensais. Assim a conta de Iluminação Pública tem déficit mensal em torno de R\$ 20 mil mensais. Ou seja, a arrecadação da CIP é insuficiente para arcar com os custos de energia e manutenção.

Nesta circunstância não há superávit suficiente para realizar os necessários investimentos de modernização do parque, utilizando tecnologia com melhor resultado de campo e de importante redução do consumo de energia elétrica com um ganho ambiental.

f) Value for Money

A situação acima exposta, justifica a intenção de conceder o parque de iluminação pública do Município, uma vez que caberá ao futuro Concessionário realizar o investimento inicial para modernização do Parque de Iluminação Pública, com tecnologia LED, já no primeiro ano do contrato de concessão, reduzindo os custos de energia elétrica e de manutenção periódica.

Uma das vantagens ao Poder Público quando da concessão de serviços à iniciativa privada é de se apropriar da eficiência e da capacidade de investimento do ente privado. Este cenário é bem característico no atual procedimento de manifestação de Interesse privado para concessão dos serviços de iluminação pública do Município de Estiva Gerbi.

g) Revisão das faixas de Contribuição para Iluminação Pública:

No exercício de 2.018, e anteriores, a tabela de contribuição da iluminação pública, define os valores por percentuais sobre as contas individuais, sejam de contribuintes domiciliares, comerciais, industriais e de entes públicos, em percentual sobre o valor total de cada conta mensal de energia elétrica.

Para as contas residenciais, a faixa avança desde duas faixas de baixa consumo com isenção, iniciando com 5,5% (cinco e meio por cento) para contas com consumo entre 81 e 140 quilowatts hora, aumentando o percentual até a faixa máxima de 10% (dez por cento) para faixa de consumo acima de 1.400 kwh mensais.

No caso do contribuinte industrial, comercial e poder público, temos nas faixas mais baixas de consumo, percentuais que começam em 5% (cinco por cento), todavia crescendo em faixas maiores de consumo, até um certo ponto e que os percentuais atinjam 7 ou 7,5% e então os percentuais são reduzidos para as faixas mais altas de consumo.

A expectativa para 2.019, é que todas as bases de contribuição mensal, mantenham os percentuais de contribuição de forma crescente, de acordo com o crescimento do total consumido de kwh mês, ou seja, quanto maior o consumo maior o percentual da contribuição para pública, para todos os tipos de contribuintes, sejam comerciais, industriais e poder público.

Com esta revisão de critérios de cobrança, acredita-se que o valor a ser arrecadado pela CIP, venha a ser a necessária e suficiente, para atender ao pagamento das contraprestações mensais ao futuro concessionário de Iluminação Pública, no valor apresentado na proposta comercial do licitante vencedor, igual ou inferior ao limite definido em edital para este fim.

h) Auditoria Independente

A futura SPE, responsável pela Concessão, deverá contratar no seu primeiro ano de operação e a seu custo, Auditores Independentes, para a análise de suas contas e demonstrações financeiras anuais, dentro dos princípios geralmente aceitos, para execução dos trabalhos, exarando parecer, com ou sem ressalvas, respeitando as normas estabelecidas pelo IFRS, “International Accounting Standards Board”.

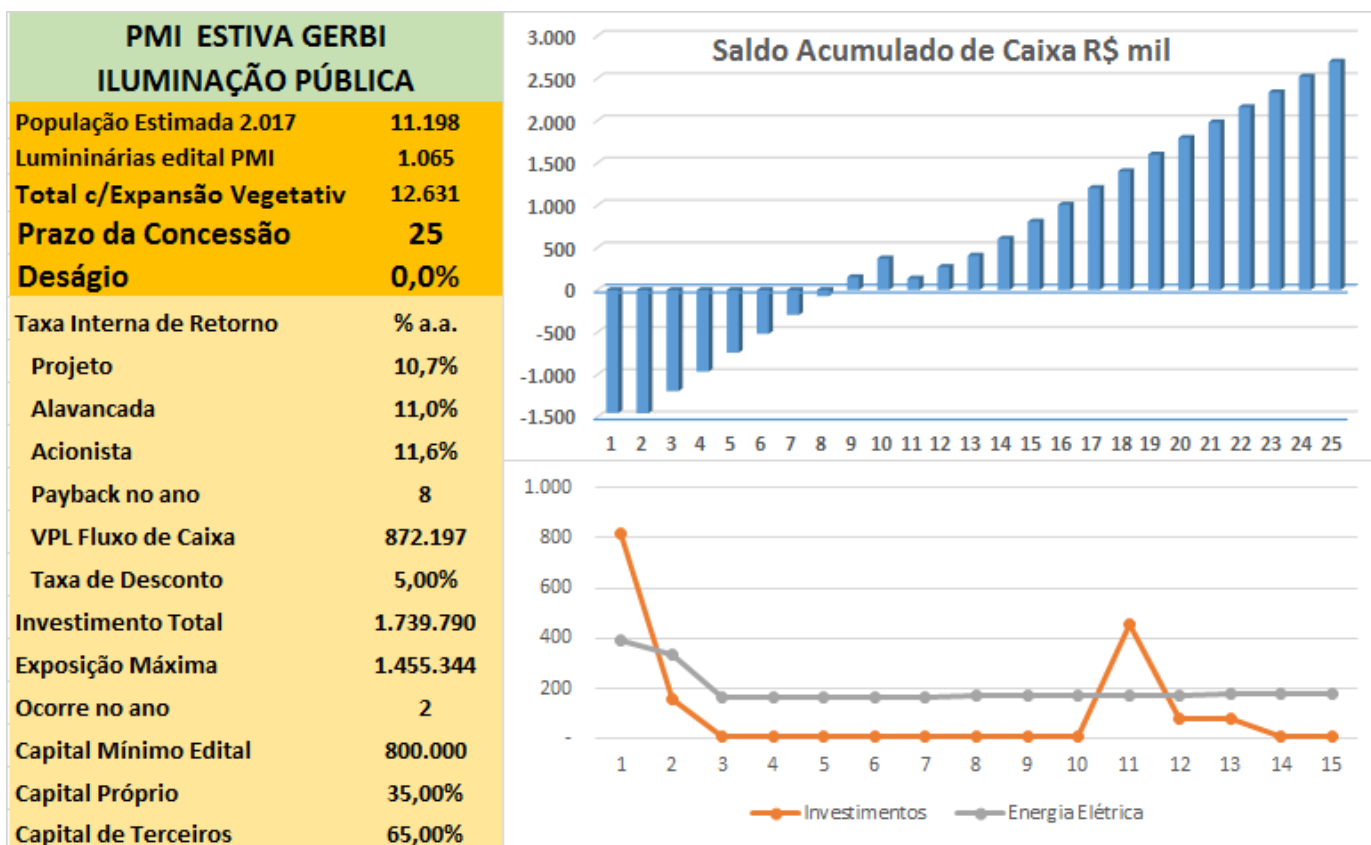
4. Quadros Anexos:

O modelo econômico e financeiro, parte de variáveis e pressupostos de modelagem, necessários para que seja demonstrada a viabilidade do projeto de concessão dos serviços de iluminação pública do Município de Estiva Gerbi.

Em planilha excel aberta enviada em mídia eletrônica, juntamente com este relatório, temos o detalhando de vários quadros relativos a informações consideradas para construção do modelo econômico e financeiro, e dos respectivos resultados, do que consideramos o cenário base mais viável e adequado para expor a viabilidade econômica do projeto de concessão do parque de iluminação pública do Município de Estiva Gerbi.

a. Sumário Executivo

Com o resumo das principais informações dos resultados do modelo:



b. Cronograma Físico e Financeiro:

Na planilha Premissas, do modelo econômico e financeiro, temos o cronograma físico dos investimentos a serem realizados no Parque de Iluminação Pública do Município de Estiva Gerbi, para os vinte e cinco anos da concessão:

Ano de Projeto	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
1) Modernização						
Quantidades	1	2	3	4	5	6
Luminárias Parque Atual	1.065	0	0	0	0	-
Braços Parque Atual	554	0	0	0	-	-
Postinhos Parque Atual	0	-	-	-	-	-
2) Pontos Cênicos	30%	40%	30%	0%	0%	0%
Luminárias Complemento	150	150	-	-	-	-
Braços / Complemento	150	150	-	-	-	-
Postes Exclusivos de Iluminação	150	150	-	-	-	-
3) Expansão Mediata						
Luminárias Exp. Mediata	0	-	-	-	-	-
Braços Expansão Mediata	0	-	-	-	-	-
Postes Expansão Mediata	0	-	-	-	-	-
4) Expansão Vegetativa						
1	2	3	4	5	6	
Luminárias Exp Vegetativa	229	18	9	9	9	9
Braços Exp Vegetativa	229	18	9	9	9	9
Postes Exp Vegetativa	229	18	9	9	9	9
5) Total	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
Luminárias	1.444	168	9	9	9	9
Braços	912	168	9	9	9	9
Pontos Cênicos	150	150	0	0	0	-
Postes de Energia e Iluminação	229	18	9	9	9	9
Ajuste Custo Tecnologia	0,75					
6) Substituição Luminárias						
Ano previsto para troca	11					
Reposição Programada	1.359	-	-	-	-	-

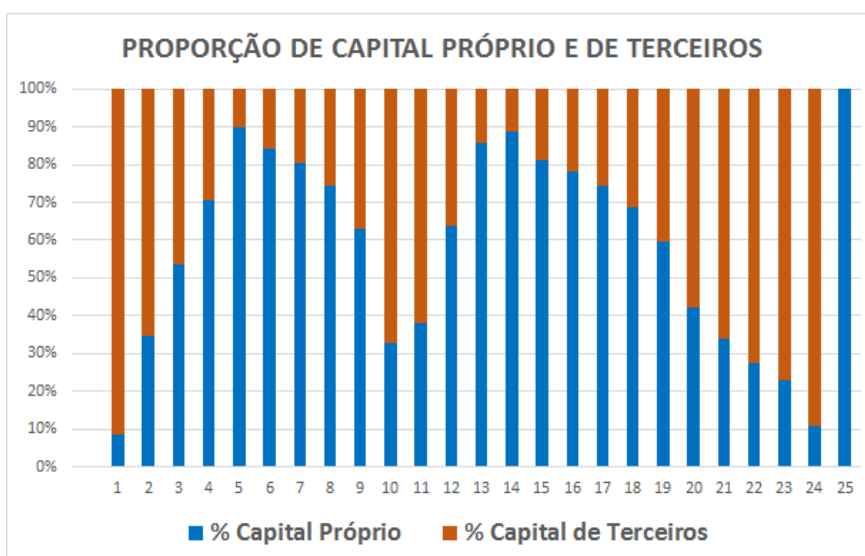
	Ano de Projeto	2.031	2.032	2.033	2.034	2.035	2.036
1) Modernização	Quantidades	13	14	15	16	17	18
Luminárias Parque Atual	1.065	-	-	-	-	-	-
Braços Parque Atual	554	-	-	-	-	-	-
Postinhos Parque Atual	0	-	-	-	-	-	-
2) Pontos Cênicos		0%	0%	0%	0%	0%	0%
Luminárias Complemento	150	-	-	-	-	-	-
Braços / Complemento	150	-	-	-	-	-	-
Postes Exclusivos de Iluminação	150	-	-	-	-	-	-
3) Expansão Mediata							
Luminárias Exp. Mediata	0	-	-	-	-	-	-
Braços Expansão Mediata	0	-	-	-	-	-	-
Postes Expansão Mediata	0	-	-	-	-	-	-
4) Expansão Vegetativa		13	14	15	16	17	18
Luminárias Exp Vegetativa	229	10	10	10	10	10	10
Braços Exp Vegetativa	229	10	10	10	10	10	10
Postes Exp Vegetativa	229	10	10	10	10	10	10
5) Total		2.031	2.032	2.033	2.034	2.035	2.036
Luminárias	1.444	10	10	10	10	10	10
Braços	912	10	10	10	10	10	10
Pontos Cênicos	150	150	0	0	-	-	-
Postes de Energia e Iluminação	229	10	10	10	10	10	10
Ajuste Custo Tecnologia	0,75						
6) Substituição Luminárias							
Ano previsto para troca	11						
Reposição Programada	1.359	9	9	9	9	10	10

	Ano de Projeto	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
1) Modernização	Quantidades	7	8	9	10	11	12
Luminárias Parque Atual	1.065	-	-	-	-	-	-
Braços Parque Atual	554	-	-	-	-	-	-
Postinhos Parque Atual	0	-	-	-	-	-	-
2) Pontos Cênicos		0%	0%	0%	0%	0%	0%
Luminárias Complemento	150	-	-	-	-	-	-
Braços / Complemento	150	-	-	-	-	-	-
Postes Exclusivos de Iluminação	150	-	-	-	-	-	-
3) Expansão Mediata							
Luminárias Exp. Mediata	0	-	-	-	-	-	-
Braços Expansão Mediata	0	-	-	-	-	-	-
Postes Expansão Mediata	0	-	-	-	-	-	-
4) Expansão Vegetativa		7	8	9	10	11	12
Luminárias Exp Vegetativa	229	10	10	10	10	10	10
Braços Exp Vegetativa	229	10	10	10	10	10	10
Postes Exp Vegetativa	229	10	10	10	10	10	10
5) Total		2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
Luminárias	1.444	10	10	10	10	10	10
Braços	912	10	10	10	10	10	10
Pontos Cênicos	150	-	-	-	-	-	0
Postes de Energia e Iluminação	229	10	10	10	10	10	10
Ajuste Custo Tecnologia	0,75						
6) Substituição Luminárias							
Ano previsto para troca	11						
Reposição Programada	1.359	-	-	-	0	1.065	168

Ano de Projeto	2.037	2.038	2.039	2.040	2.041	2.042	2.043
1) Modernização							
Quantidades	19	20	21	22	23	24	25
Luminárias Parque Atual	1.065	-	-	-	-	-	-
Braços Parque Atual	554	-	-	-	-	-	-
Postinhos Parque Atual	0	-	-	-	-	-	-
2) Pontos Cênicos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Luminárias Complemento	150	-	-	-	-	-	-
Braços / Complemento	150	-	-	-	-	-	-
Postes Exclusivos de Iluminação	150	-	-	-	-	-	-
3) Expansão Mediata							
Luminárias Exp. Mediata	0	-	-	-	-	-	-
Braços Expansão Mediata	0	-	-	-	-	-	-
Postes Expansão Mediata	0	-	-	-	-	-	-
4) Expansão Vegetativa							
Quantidades	19	20	21	22	23	24	25
Luminárias Exp Vegetativa	229	11	11	11	11	11	-
Braços Exp Vegetativa	229	11	11	11	11	11	-
Postes Exp Vegetativa	229	11	11	11	11	11	-
5) Total	2.037	2.038	2.039	2.040	2.041	2.042	2.043
Luminárias	1.444	11	11	11	11	11	-
Braços	912	11	11	11	11	11	-
Pontos Cênicos	150	-	-	-	-	-	-
Postes de Energia e Iluminação	229	11	11	11	11	11	-
Ajuste Custo Tecnologia	0,75	-	-	-	-	-	-
6) Substituição Luminárias							
Ano previsto para troca	11	-	-	-	-	-	-
Reposição Programada	1.359	10	10	10	10	10	10

c. Capital Próprio e de Terceiros

O equilíbrio de capital próprio e de terceiros durante a concessão, busca a proporção de 35% de capital próprio para 65% de capital de terceiros, financiamento bancário ou outras modalidades de captação. Do ano 16 em diante, o capital próprio e de terceiros ocorre na diferença de contas a pagar e a receber, ou seja, capital de giro:



d. Seguros:

São os seguintes os seguros previstos para cobrir riscos operacionais previstos no cenário base:

Seguros	% Custo Anual	Prêmio
Garantia Execução	1,50%	R\$ 34.792
Risco Engenharia e All Risks	0,30%	R\$ 1.000.000
Risco Operacional e Multi uso	0,50%	R\$ 1.000.000
Responsabilidade Civil	0,50%	R\$ 1.000.000

e. Seguro Garantia de Execução

O seguro garantia de execução varia de acordo com o momento do contrato, nos anos iniciais de maior risco, maiores percentuais sobre o valor do contrato e nos demais anos menores, calculados sobre o valor dos investimentos:

Seguro Garantia de Execução	Estimado	1	2	3	4	5	6
Percentual Anual sobre Valor do C	1.739.612	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Garantia Execução	2%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	1,00%	1,00%
Valor dos Investimentos	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612
Valor segurado	34.792	34.792	34.792	34.792	34.792	17.396	17.396

Seguro Garantia de Execução	7	8	9	10	11	12	13
Percentual Anual sobre Valor do C	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Garantia Execução	1,00%	1,00%	1,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Valor dos Investimentos	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612
Valor segurado	17.396	17.396	17.396	34.792	34.792	34.792	34.792

14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2,00%	2,00%	2,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612	1.739.612
34.792	34.792	34.792	17.396	17.396	17.396	17.396	17.396	34.792	34.792	34.792	34.792

f. Projeções Macroeconômicas:

As projeções macroeconômicas realizadas por Bando de primeira linha para o período de curto e médio prazos, estão em resumo:

Projeções Macroeconômicas	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
Câmbio Dolar x Real médio	3,33	3,49	3,19	3,65	3,70	3,74	3,81	3,88	3,94
Taxa PIB Real (%)	-3,5%	-3,6%	1,0%	1,1%	2,8%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
TJLP/TLP (fim de período) NOMINAL	6,2%	7,5%	7,1%	6,7%	6,6%	6,3%	6,0%	6,0%	6,0%
TJLP/TLP REAL	-4,0%	1,1%	4,1%	2,8%	2,5%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%
BR taxa Selic, média Nominal	13,3%	14,0%	10,0%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%
BR taxa Selic, média Real	2,4%	7,3%	6,8%	2,6%	2,4%	3,5%	3,1%	3,0%	3,0%
IPCA	10,7%	6,3%	2,9%	3,8%	4,0%	4,0%	3,7%	3,7%	3,7%
IGP-M	10,5%	7,2%	-0,5%	7,7%	4,5%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%

g. Depreciação Amortização

Os investimentos foram considerados contabilmente para efeito de depreciação como ativos intangíveis da futura SPE, e amortizados dentro do prazo do contrato de concessão, como segue:

25	1	2	3	4	5	6	7	8
	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026
Ano	1	2	3	4	5	6	7	8
Acumulada	81.496	178.409	276.014	374.319	473.327	572.914	673.085	773.844

25	9	10	11	12	13	14	15	16
	2.027	2.028	2.029	2.030	2.031	2.032	2.033	2.034
Ano	9	10	11	12	13	14	15	16
Acumulada	875.196	977.146	1.042.802	1.100.684	1.165.709	1.231.030	1.296.648	1.362.694

25	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	2.035	2.036	2.037	2.038	2.039	2.040	2.041	2.042	2.043
Ano	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Acumulada	1.429.328	1.496.697	1.564.993	1.634.474	1.660.906	1.682.396	1.699.674	1.718.050	1.739.612

h. Quadros Anexos em PDF

Os seguintes quadros constantes do modelo econômico e financeiro, estão apresentados, ano a ano, junto a este relatório em arquivo em PDF, impressos e em mídia eletrônica:

Quadros 1-a 1-b 1-c 1-d: Demonstração de Resultados

Quadros 2-a 2-b 2-c : Capital de Giro

Quadros 3-a 3-b 3-c 3-d: Fluxo de Caixa (de projeto)

Quadros 4-a 4-b 4-c 4-d: Fluxo de Caixa Alavancado

Quadros 5-a 5-b 5-c 5-d: Demonstração de Resultados – Alavancado

Quadros 6-a 6-b 6-c 6-d: Balanço Anual

Quadros 7-a 7-b 7-c 7-d: Usos e Fontes

Quadros 8-a 8-b 8- Capital de terceiros (Empréstimos)

5. Conclusão:

As informações constantes do Plano de negócios são estimadas de forma automática com as informações constantes do arquivo em Excel aberto, nas planilhas, Sumário, Painel e Premissas, todas as demais são resultado destas iniciais.

Assim caso a equipe da Prefeitura do Município de Estiva Gerbi, desejem realizar simulações em diferentes cenários, analisando a sensibilidade do modelo a cada variável ou mesmo de um conjunto de variáveis, utilizar as informações numéricas destas três planilhas iniciais.

A equipe de profissionais da KAPPEX e P4, estará à disposição da equipe da Prefeitura do Município de Estiva Gerbi, para quaisquer esclarecimentos necessários, bem como de suporte e presença em audiências públicas e na análise de sugestões no período de consulta pública.

6. ENCERRAMENTO DO VOLUME II.

Este é o encerramento do Volume II dos Estudos realizados em resposta ao Chamamento Público nº 001/2018, com propostas de soluções para a prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Estiva Gerbi, sob a forma de Parceria Público Privada, pela KAPPEX Assessoria e Participações Eireli e P4 Concessões e Consultoria Eireli EPP.

Arthur Ferreira Neves Filho
KAPPEX Assessoria e Participações Eireli

Alexandre Frayze David
P4 Concessões e Consultoria Eireli EPP

FIM DO VOLUME